



ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO BRASIL

OFÍCIO Nº 002/2023 – ADEPOL/BR

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

À Sua Excelência o Sr.

Dr. Flávio Dino

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Exmo. Senhor Ministro,

As entidades representativas da categoria de Delegados de Polícia subscritoras deste expediente solicita a V.Exa. , em caráter de urgência, reunião para propor e dispor junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública medidas destinadas a investigação de defesa do Estado de Direito diante dos atos de domingo atentatórios à democracia , ao mesmo tempo que se faz necessário a união de esforço nacional para identificar, em cada ente federado, todos os envolvidos no ataque aos valores democráticos conquistados pelo povo brasileiro.

Informamos que exortamos os delegados e delegadas devem atuar para consolidar provas que apontem os financiadores econômicos, os fundamentalistas teóricos, os incitadores e eventuais agentes públicos que contribuíram de qualquer forma tenham contribuído a macular os poderes da república em afronta a Constituição Federal.

É com investigação criminal constitucionalizada que daremos a resposta adequada ao povo brasileiro pelos crimes perpetrados contra o Estado Democrático de Direito insculpidos no Código Penal e legislação penal extravagante. Para tal, proporemos a título construtivo as seguintes medidas, dentre outras que forem adequadas:

- a) Instituição de um gabinete permanente para que contribua para integrar e fortalecer a cooperação das investigações desencadeadas pela Polícia Civil e Polícia Federal em cada ente federado;
- b) Sejam convidados os Delegados Gerais das Polícias Cíveis de todo Brasil e a Direção Geral da Polícia Federal, urgentemente, no escopo de se estabelecer diretrizes nacionais para o enfrentamento aos verdadeiros criminosos da república, inclusive com a criação em cada ente federado de Delegacias de Defesa do Estado Democrático para apuração dos crimes previstos na Lei 14.197/2021, os quais são crimes comuns.

A consolidação da nossa democracia perpassa, também, em garantirmos a sanção penal constitucionalmente adequada, identificando de forma precisa todas as ações ou omissões dos envolvidos em todo território nacional.



ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO BRASIL

Os delegados e delegadas do Brasil representados pelas entidades nacionais subscritoras rogam pela normalidade constitucional no país, paz e justiça contra os infratores.

Atenciosamente,

Rodolfo Queiroz Laterza – Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – Adepol-BR

Fabio Daniel Lordello – Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil – Fendepol

Tania Prado – Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - FENADEPOL